



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640112 - SP (2021/0013113-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MAIQUE ALEXANDRE CARDOSO DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADOS : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO - SP390592
MAIQUE ALEXANDRE CARDOSO DE CARVALHO - SP449710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONAS SILVERIO JORGE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONAS SILVERIO JORGE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2259673-08.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre pena de 4 anos e 8 meses de reclusão no regime semiaberto pela prática do crime de roubo.

Sobreveio decisão que determinou a regressão ao regime fechado, bem como a instauração de processo disciplinar para a apuração da prática de falta grave.

O procedimento administrativo foi anulado em razão da falta de intimação da defesa para apresentar alegações finais.

A defesa requereu a sustação da regressão cautelar do apenado, o que foi indeferido pelo magistrado singular.

Contra tal decisão, foi impetrado prévio *writ* na origem, que não foi conhecido.

Sustentam os impetrantes que o *habeas corpus* constituiria o meio processual adequado para a insurgência contra o ato apontado como coator.

Aduzem que a liberdade de ir e vir do paciente estaria sendo violada, em razão do flagrante excesso de prazo da regressão cautelar de regime.

Alegam que, embora o agravo em execução constitua o recurso cabível contra decisão que resolve incidente em execução, não haveria óbices à utilização do remédio constitucional, diante da existência de lesão à liberdade de locomoção do indivíduo.

Afirmam que haveria excesso de prazo na conclusão do processo administrativo disciplinar.

Argumentam que, em se tratando de demora não atribuível à defesa, o apenado teria o direito de aguardar o encerramento do procedimento no regime a que faz jus.

Requer, liminarmente, que seja restabelecido o regime semiaberto para o cumprimento da pena cominada ao paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a decisão que não conheceu do *habeas corpus* originário seja anulada, determinando-se que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aprecie o mérito do referido remédio constitucional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento

pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência